11ª Jornada Científica e Tecnológica do IFSULDEMINAS
& 8º Simpósio de Pós-Graduação

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: A mercadorização do ensino e a transformação do conhecimento.

Daniela Nogueira Nunes
Graduanda de Geografia – UNIFAL-MG
daniiela.nunees10@gmail.com

RESUMO

Tendo como foco analisar a mercadorização da educação e como se desenvolve o senso críticos dos alunos na escola, tendo em vista que eles estão sujeitos a diferentes diretrizes que regem seu ensino e no que se aplicará a aprendizagem dos mesmos, será verificado com base em referências bibliográficas e na prática como componente curricular como que são, e se, são enraizados esses quesitos das normas dentro da escola, observando que mesmos os alunos recebendo conteúdos que carregam críticas, esses não se apropriam das mesmas, concretizando assim a busca de querer a mudança na vida desses.

Palavras-chave: Estágio; Normas e leis; Senso crítico; Transformação.

1. INTRODUÇÃO

A educação no Brasil é regida por diferentes leis e diretrizes que se aplicam ao contexto dos níveis de estudo, dessa forma, existem e ainda são modificadas as normas que vão do ciclo fundamental ao ensino superior, sendo essas aplicadas de forma unanime em todo território brasileiro não levando em conta as diferenças entre os territórios escolares.

Considerando o Ensino Médio da Escola Estadual Dr. Emílio Silveira, em Alfenas/MG, serão analisadas as políticas públicas escolares vistas na teoria e como as mesmas foram, ou não, aplicadas na prática, durante um período de 60 horas de vivências e analises semanais que incluíam textos no início da semana e a relação dos mesmos no estágio durante a semana, logo, as construções dos conceitos a serem analisados na prática eram semanais.

Como metodologia utilizou-se de um embasamento teórico que envolve as próprias leis que foram aplicadas no Brasil e textos relacionados aos componentes das mesmas, com isso, serão relacionados tal teoria com a prática de estágio, envolvendo os componentes que são trabalhados nas referências e se esses se aplicam ou se são deixados de lado na prática.

Por conseguinte, temos o objetivo de analisar a mercadorização do ensino dentro das escolas e se esse ensino vem trazendo uma mudança crítica na vivência dos alunos, considerando que os mesmos precisam de um professor que vá contra alguns princípios impostos pelas leis vigentes.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Os materiais e métodos utilizados para a elaboração do artigo foram a revisão bibliográfica das leis que abrangem o ensino, como a Lei de Diretrizes e Bases e a Base Nacional Comum Curricular, e de autores que discutem o mesmo, como Arroyo (2013), Thiesen (2011), Nogueira (2009) e Mainardes (2006) e a prática de estágio curricular obrigatório que compõe a grade do curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL/MG.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tendo as práticas semanais de estágio foi possível analisar com mais profundidade as vivencias da escola, nessa foi notado como o currículo movimenta a escola, mas como as atividades propostas pelos menos são vistas por um ponto de dialética por alguns professores e como apenas um cumprir de conteúdos na visão de outros.

Segundo Arroyo (2013) o professor deve trazer os conteúdos e formulá-los de forma que a aprendizagem se torne significante para os alunos, dessa forma o aluno deve ser o parâmetro a ser seguido pelo professor e esse deve ser um educador e não um professor aulista.

Considerando NOGUEIRA (2009) a educação geográfica não possui um papel apenas de matéria e sim um papel de entendimento do mundo a fim de mudar o mesmo, ou seja, fazer com que o aluno entenda sua realidade com o intuito de transforma-la pensando no coletivo.

Diferentemente do neoliberalismo que é imposto para as escolas e que carrega uma visão ditadora, utilitarista e corporativa, que segundo Nogueira (2009) é utilizado apenas com o fim de valorizar o individual e esconder as classes sociais. “Assim, na escola e pela educação geográfica, professores e alunos podem problematizar e levantar proposições para esse quadro social caracterizado pela dinâmica capitalista do mundo” (NOGUEIRA, 2009, p. 62).

Baseado nos conceitos acima é preciso ir contra os parâmetros neoliberais da educação, com isso, a dialética e a criticidade devem estar presentes em sala de aula, trazendo um posicionamento para os alunos evitando a alienação dos mesmos.

Por fim, enfrentando a realidade e sabendo que os conteúdos estão dentro das salas de aulas e quase sempre esses deverão ser utilizados como norteadores de conteúdo, enfatizando que esse não deve ser o único a se considerar pelo professor, a autora MALTA (2013) trabalha que deve-se utilizar esses de forma pós-crítica.

“O que pretendemos não é utilizar apenas uma forma ou outra, mas equilibrar, por meio do currículo, todos estes interesses e particularidades para conseguir um equilíbrio. ” (MALTA, 2013, p. 351), isto é, trabalhando os conteúdos e objetivos que são oferecidos pelos currículos tradicionais, mas questionando esses sobre as reproduções sociais, subordinação e dominação.

Trazendo o viés crítico como uma forma de olhar o mundo para os alunos, analisando os padrões impostos e por que esses estão e são reforçados na sociedade, dessa forma, segundo Malta (2013), considera-se as teorias críticas e pós-críticas, e nessas seriam abordadas as relações de poder, conexões do saber e identidade dentro dos conteúdos.

5. CONCLUSÕES

Por fim, considerando que o currículo já se vê presente no cotidiano dos alunos e professores, faz parte da escola, a luta que se baseia em transformar esse conhecimento para ser significativo e não tradicional, para que isso se concretize temos a função, tanto futuros professores como professores atuais, de não ser imparcial, trabalhando a diversidade com o aluno, ou seja adequar o currículo para a aprendizagem do mesmo, como foi discutido por Arroyo (2013).

Trazendo esses conteúdos, e não somente esses, mas sim levando em conta o que faz parte da realidade do aluno para a aprendizagem do mesmo, consoante a Nogueira (2009), buscando se livrar da alienação que acompanha os currículos pré-determinados, devemos visar uma luta, uma problematização e uma dialética, não podendo aceitar padrões e fugindo da alienação que é paralela ao neoliberalismo presente nas escolas.

Ademais, não aceitando essa mercadorização do ensino e trabalhando a transformação do conhecimento, a alienação será descaracterizada e o conhecimento fará parte da vivencia dos alunos, trazendo um entendimento da realidade dos mesmos e uma resistência a imposições feitas do macro ao micro.

Portanto, após todas as considerações descritas e os autores citados é possível transformar a educação e acabar com a mercadorização da mesma, dando um significado para ela e uma visão dialética sobre a mesma para os alunos, porém para que isso ocorra é visível que a resistência deve estar fixada nas estruturas das esferas escolares.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. Conformando Autoidentidades Profissionais. In: ARROYO, Miguel González. **CURRÍCULO, TERRITÓRIO EM DISPUTA.** 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. p. 23-67, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Última Versão. Terceira versão revista. Brasília: MEC, 2017, p. 1-396. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 16 de Outubro de 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: geografia / Secretaria de Educação Fundamental.** - Brasília: MEC/ SEF, 1998, p. 156.

CAVALCANTI, L.S. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas: Papirus, 1998.

LIMAVERDE, Patricia. BASE NACIONAL COMUM: DESCONSTRUÇÃO DE DISCURSOS HEGEMÔNICOS SOBRE CURRÍCULO MÍNIMO. **Revista Terceiro Incluído**, [s.l.], v. 5, n. 1, p.78-97, 30 jun. 2015. Universidade Federal de Goias. http://dx.doi.org/10.5216/teri.v5i1.36348.

MAINARDES, Jefferson. ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p.47-69, jan./abr. 2006.

MALTA, Shirley Cristina Lacerda. UMA ABORDAGEM SOBRE CURRÍCULO E TEORIAS AFINS VISANDO À COMPREENSÃO E MUDANÇA. **Espaço do Currículo**, [s.l.], v. 6, n. 2, p.340-354, maio/ago. 2013.

NOGUEIRA, Valdir. Finalidade da Educação Geográfica na Escola: Formação da Consciência Espacial-Cidadã. In: NOGUEIRA, Valdir. **EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA ESPACIAL-CIDADÃ NO ENSINO FUNDAMENTAL: SUJEITOS, SABERES E PRÁTICAS.** Curitiba: Ufpr, 2009. Cap. 12. p. 61-79.

PORTELA, Yeda Maria Aguiar. Os Parâmetros Curriculares Nacionais no cenário das Políticas Públicas Educacionais Brasileiras. **Ciência Atual**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.42-97, jan./dez. 2013.

THIESEN, Juares da Silva. Geografia escolar: dos conceitos essenciais às formas de abordagem no ensino. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 15, n. 1, p.83-94, jan./abr. 2011.

ZANETTI, Maria Aparecida. POLÍTICA EDUCACIONAL E LDB: ALGUMAS REFLEXÕES. **Revista P'anta R'ei.**, Londrina, v. 2, n. 2, p.41-48, set. 1997.